

ATA DA 31ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, no auditório da
2 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS-SC), às 13h30min,
3 compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos– CEDH,
4 os seguintes conselheiros:**representantes da sociedade civil:** Nadir Cardozo
5 dos Santos (Central Única dos Trabalhadores – CUT); Cynthia Maria Pinto da Luz
6 (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni
7 (Federação Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); João Carlos de
8 Liz (Associação Serrana dos Deficientes Físicos – ASDF); Anne Teive Auras
9 (Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina – ADEPESC);
10 Sidnei Pavesi (Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região – ADVB);
11 Gelson Nezi (Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina); **representantes**
12 **governamentais:** Aretusa Larroyd (Secretaria de Estado do Desenvolvimento
13 Social – SDS); Ledronete Silvestre (Secretaria de Estado da Saúde – SES);
14 Tamiris Amaral Graziotin (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC); Reginaldo
15 Rocha de Souza (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP); Manuela
16 Brandão da Silveira Ribeiro (Secretária Executiva do CEDH-SC) e como
17 **convidados:** Alexandre Bogas (Acontece Arte e Política LGBTI+); Ludmila Malta
18 (Secretaria de Estado da Saúde/ DAPS); Rodrigo Moretti (Universidade Federal
19 de Santa Catarina); Yara Hornke (Conselho Regional de Psicologia – CRP/SC);
20 Martina Formagio (estagiária da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
21 – SDS) e Matheus Cruz (estagiário da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
22 Social – SDS). **Ponto 1 da pauta.** A **plenária é aberta** pela presidenta do
23 Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDH, Cynthia Maria Pinto da Luz,
24 dando as boas-vindas a todos, pedindo para que seja feita uma rodada de
25 apresentações. Após as apresentações, é introduzido o **ponto 2 da pauta**, onde a
26 presidente Cynthia fez a leitura da mesma, e em sequência a inclusão dos
27 informes, que foram os seguintes: Ouvidoria (disque 100) conselheira Tamiris,
28 veto do governo federal quanto a participação de psicólogos e assistentes sociais
29 nas unidades educacionais, colaboradora Yara, Nota Pública de Congratulações
30 pelo evento Agosto Lilás para aprovação ou alteração e Ofício da Comissão de
31 Direitos Humanos na Assembléia Legislativa (ALESC). Cynthia perguntou se
32 haveria mais algum ponto para ser incluído e a *pauta fica aprovada por*
33 *unanimidade*. Cynthia fixou o teto desta reunião para as 16h30. Dando
34 continuidade, Cynthia perguntou a Secretária Executiva a respeito das
35 justificativas de ausências **ponto 3 da pauta**, a Secretária fez a leitura dos
36 conselheiros ausentes e suas respectivas justificativas. Na sequência o
37 conselheiro Fabeni, justificou a ausência do conselheiro **Bruno Carlos de**
38 **Oliveira**, representante da Associação dos Deficientes Visuais de Itajaí e Região
39 (ADVIR), que precisou ficar em sua residência, assistindo sua esposa que se
40 acidentou. Com a chegada da conselheira Ledronete (SES) atingiu-se o quórum
41 e, a presidente Cynthia submeteu a este conselho **aprovação das Atas**
42 **pendentes. Ponto 4 da pauta.** Cynthia lembrou que na reunião anterior a esta,
43 ficou acordado que as Atas seriam encaminhadas via correio eletrônico para
44 todos os conselheiros para leitura e aprovação ou retificação, nesta reunião, caso
45 fosse necessário. Cynthia perguntou se alguém tinha algo a se opor quanto as
46 Atas, como não houve manifestação, as Atas ficaram *aprovadas por unanimidade*.
47 A Secretária Executiva comentou na sequência que a conselheira Deise informou
48 via aplicativo sua aprovação quanto a Ata da última reunião. Antes de começar o
49 **ponto 5 da pauta**, *debate sobre ideologia de gênero*, Cynthia fez uma introdução
50 para que todos entendessem a decisão deste Conselho em se debater sobre este
51 tema. Um dos pontos colocados pela presidente foi a *Nota de Recomendação*,

52 aprovada por unanimidade, com exceção da conselheira Deise (SDS), sobre a
53 retirada da palavra *gênero* da grade curricular nas escolas do estado de Santa
54 Catarina. Nota, esta, que foi encaminhada via correio eletrônico, a uma lista
55 enviada pela Cynthia, inclusive ao governador Moisés. A Nota, anteriormente
56 citada, coloca a posição deste conselho, como contrária a tal atitude. Cynthia
57 finalizou sua fala dizendo ainda que esse debate tem o objetivo “*abrir a cabeça*”
58 das pessoas, escutar outras versões sobre essa problemática e, desta forma não
59 termos somente a nossa versão como correta. Cynthia colocou sua posição
60 quanto ao conselho não ser um espaço de se convencer pessoas sobre uma ou
61 outra posição, seja ideológica, política ou similar. Cynthia continuou dizendo que o
62 conselho tem um perfil que se alinha com aquilo que está previsto na lei que o
63 instituiu e com a defesa de Direitos Humanos a partir de fatos internacionais dos
64 quais o país é signatário, da Constituição Federal da República e da Constituição
65 do Estado de Santa Catarina, que completa 30 anos, e foi escrita com base na
66 promoção da cidadania e na defesa dos Direitos Humanos. Cynthia concluiu sua
67 fala afirmando que o conselho tem obrigação de seguir nesta linha. A presidente
68 acrescentou ainda que, em seu ponto de vista, o conselho não tem intenção de
69 acolher pessoas com posições que sejam distantes destes marcos legais acima
70 expostos. A presidente finalizou sua fala colocando a situação atualmente vivida
71 de retrocesso, perda de direitos e dificuldades expressas no dia a dia de fazer
72 com que a lei seja cumprida. Nesse momento o conselheiro suplente *Reginaldo*
73 *Rocha (SSP)* pediu para fazer uma colocação, dizendo que no conselho, ele
74 representa a instituição. O conselheiro Rocha complementou ainda que, quando
75 ele falar será em nome da instituição, mesmo tendo um entendimento diferente
76 daquela. Cynthia perguntou se alguém gostaria de acrescentar alguma coisa. Não
77 havendo manifestação, a presidente fez uma ressalva, concordando, em parte,
78 com a colocação do mesmo. Cynthia acrescentou ainda que muitas vezes, os
79 membros governamentais e os membros da sociedade civil têm interesses
80 conflitantes e, na maioria das vezes o Estado é o maior violador de Direitos
81 Humanos. Complementou ainda que caso não o fosse não haveria a necessidade
82 de existência deste conselho. Cynthia finalizou sua fala dizendo que haverá
83 muitos momentos em que o conselho terá que se colocar contrário a instituição,
84 porém, isso não obrigará o conselheiro a ter posição majoritária daquele. Cynthia
85 lembrou que o conselheiro é livre para votar do jeito que entender, porém é
86 obrigado a cumprir os objetivos que instituiu este conselho. Nesse momento o
87 palestrante *Rodrigo Moreti* se apresentou, a pedido da Cynthia. Rodrigo é docente
88 da Universidade Federal de Santa Catarina, no departamento de saúde pública. A
89 conselheira Ledronete comunicou que a palestrante Ludmila estava a caminho
90 onde então a presidente sugeriu então que fosse adiantado o **ponto 6 da pauta**
91 sobre o *planejamento estratégico*. Cynthia passou neste momento a palavra para
92 a conselheira Aretusa que apresentou o formato do plano e comentou que seria
93 daquela forma com objetivo de que na próxima plenária quando fosse deliberado
94 já fosse sabido o tema, objetivo, estratégias e ações. Aretusa colocou que foi
95 pensado em temas principais como os conselhos municipais e a gestão interna e
96 dentro desses temas contemplariam várias estratégias e objetivos. Aretusa fez a
97 leitura dos dois assuntos com: tema, objetivo, estratégias e ações. Aretusa
98 comentou quanto a atualização da lista de contatos dos Conselhos Municipais de
99 Direitos Humanos, que o conselho deverá decidir se será atribuição da Mesa
100 Diretora ou da Secretária Executiva. E, caso decida-se pela Secretária, como
101 nada foi passado para esta, logo será algo a ser construído, concluiu Aretusa. A
102 conselheira anteriormente citada explicou que a Secretária Executiva ainda não
103 conseguiu se dedicar a este assunto em virtude das Atas atrasadas e alterações
104 dos conselheiros. Aretusa comentou que este plano irá para o gabinete e,
105 portanto deverá apresentar tudo que o conselho quer contemplar e serve para
106 posteriormente o conselho se resguardar. Aretusa lembrou da roda de conversa

107 com os conselheiros homens de direito que também deverá ser incluída neste
108 plano, assim como Conferências e pensar em todas as ações que serão
109 desenvolvidas para o ano que vem. Cynthia perguntou se está presente o
110 Regimento Interno e sugeriu que seja feito um compilado com as contribuições da
111 conselheira Erli para que, em sequencia, seja analisada pela Mesa Diretora e,
112 antes da próxima plenária seja disponibilizado para o conselho. Nesse momento o
113 conselheiro Gelson (Cáritas) comentou que sentiu falta no ponto 1 de duas
114 coisas: a primeira seria no diagnóstico, como o conselho irá saber quais os
115 municípios que já tem Conselhos Municipais de Direitos Humanos e a partir desse
116 município como seria feita uma interlocução com estes para que desta forma os
117 mesmos nos auxiliem no processo de pauta estadual e o conselho estadual
118 também possa pautá-los. A presidente pediu para que a Secretária Executiva
119 acrescente esse item no plano como mais uma ação e não como objetivos. A
120 conselheira Aretusa informou que a Diretoria de Direitos Humanos irá encaminhar
121 para todos os municípios de Santa Catarina um questionário que irá nos dar
122 subsídios. A partir do retorno dos municípios, serão obtidas informações como,
123 por exemplo: se o município já possui conselho municipal, se possui um
124 organismo das políticas onde serão elencadas todas as políticas e, esses dados
125 servirão como base material para o trabalho deste conselho. Cynthia abre para
126 mais sugestões. Em sequencia foi introduzida a palestra, começando pelo senhor
127 Rodrigo Moreti (UFSC) que agradece o convite e introduziu o debate dizendo que
128 estuda há 7 anos as questões de diversidade sexual e de gênero em termos
129 técnicos da saúde. E, complementou, informando que atualmente está estudando
130 *quais questões* estão envolvidas nessa temática. Moreti comentou que quando
131 recebeu o convite através da conselheira Ledronete, se questionou quanto ao que
132 poderia apresentar, uma vez que se fossemos resgatar esse primeiro debate
133 sobre o tema, este não seria técnico, mas político. E, neste sentido não teria o
134 que ser comentado pelo mesmo. Então Moreti deixa claro que sua fala terá outro
135 viés e, que em sua apresentação será mostrado o que acontece com as pessoas
136 que não são heterossexuais dentro da sociedade atual e quais são os problemas
137 de Estado apresentados para este público. Moreti informou que são poucos os
138 materiais em português que abordam essa temática, mas na língua inglesa
139 existem muitos, e, se prontificou a repassar esse material, caso alguém tivesse
140 interesse. Moreti destacou que aproximadamente, de 15 a 20% da população
141 mundial, não seja heterossexual. E, complementou explicando que está inserido
142 neste grupo: pessoas *homossexuais*, que são pessoas que se atraem por
143 pessoas do mesmo sexo, pessoas *bissexuais*, que são pessoas que se atraem
144 por pessoas de ambos os sexos e pessoas *assexuadas*, que são pessoas que
145 não sentem desejo sexual por outras pessoas. Moreti, ressaltou ainda outra
146 questão dizendo que no mundo existem inúmeras iniciativas para vedar a
147 violência em relação as pessoas e, complementou dizendo que o público LGBT
148 tem de 5 a 7 vezes mais chances de se suicidar na vida adulta quando
149 comparadas as pessoas que são heterossexuais. Moreti, fez um traçado de vida
150 de uma pessoa que não é heterossexual, desde a infância até a vida adulta
151 trazendo todas as dificuldades encontradas passando pela escola, família e toda
152 a vida social e, concluiu que quando as pessoas não encontram um espaço para
153 discutir, o Estado e a sociedade, todos, estarão assinando a possibilidade de
154 *perda* de uma pessoa. Moreti manifestou sua opinião dizendo que quando não se
155 conversa sobre esse assunto nas escolas qual a proteção que o Estado garante
156 para que as pessoas, que não são heterossexuais não sejam agredidas pelos
157 colegas, professores e; complementou ainda em relação a área da saúde,
158 levantando a questão de qual seria o direito ter um profissional da saúde em
159 maltratar uma pessoa por esta ser homossexual. Moreti explicou que todo
160 profissional tem o direito legal de não atender alguém, inclusive por questões
161 morais, salvo em questões de vida ou morte. Moreti expôs que em sua opinião a

162 atitude de negar atendimento por questões morais é menos pior que atender uma
163 pessoa que não seja heterossexual e agredi-la institucionalmente. O palestrante
164 afirmou que por ser muito ampla essa temática, esta será ainda assunto para ser
165 discutido durante muitos anos. Moreti se manifestou quanto à questão do Estado
166 não poder ser um promotor de violência e não fingir que pessoas que estão em
167 sofrimento psíquico, em sofrimento físico ou mesmo sofrendo *bullying* deixem de
168 ser assistidas. Moreti ressalta a importância de se debater esse tema a nível de
169 Estado, uma vez que será através dessas discussões que possivelmente se
170 encontraram caminhos para que a sociedade não seja reprodutora de violência,
171 para que as pessoas não sofram e que não as invisibilizemos. Um outro aspecto
172 exposto pelo palestrante foi quanto ao despreparo dos professores, profissionais
173 de saúde, dos operadores do Estado porque essa não é uma área debatida,
174 segundo Moreti. O palestrante trouxe outro dado estatístico, dizendo que
175 mulheres lésbica, acima dos 20 anos de idade tem de 5 a 10 vezes mais chances
176 de infarto quando comparadas a mulheres heterossexuais. Em sequencia, Moreti
177 explicou que a origem desses dados surge a partir do momento em que essas
178 mulheres não fazem práticas físicas por medo de *estupro corretivo* e, acrescentou
179 que tal prática é presente no estado de Santa Catarina. Moreti explicou o que é o
180 estupro corretivo e afirmou ser prática corrente, inclusive em Florianópolis. Moreti,
181 mais uma vez, manifestou sua opinião dizendo ser possível encontrar caminhos
182 que sejam passíveis de atender essas pessoas e ao mesmo tempo nos
183 balizarmos de desviarmos de questões que são muito delicadas como, por
184 exemplo: a intrusão nas famílias, questão ideológica e religiosa. E, complementou
185 ainda que deve haver uma discussão técnica para que cada profissional dentro de
186 sua área não aumente essa discriminação e desta forma não permita que a
187 violência aconteça. Moreti explicou que biologicamente não existe origem de
188 orientação sexual. Afirmou ainda não existir nenhum estudo que aponte
189 seguramente o que é que causa a heterossexualidade, bissexualidade ou
190 qualquer orientação sexual. O palestrante complementou ainda que na natureza
191 não existe espécie em que o organismo do mesmo sexo não tenham em
192 determinado momento ou não possa acontecer o contato por via sexual. Porém,
193 no caso do homem, do ser humano, este é um animal social e, em termos sociais,
194 ao longo do tempo, foram sendo criadas regras que não tem como serem
195 quebradas de forma rápida, pois foram construídas há séculos. Moreti afirmou
196 que as pessoas são homossexuais, bissexuais, transexuais não porque
197 escolheram ser assim, mas porque elas são assim. E, explicou que se fosse por
198 opção ninguém iria escolher uma alternativa tortuosa e de sofrimentos. Moreti
199 levantou o questionamento: *qual seria a responsabilidade do Estado em proteger*
200 *essas pessoas?* E, pontuou esta questão como sendo a mais séria em seu ponto
201 de vista. Dando continuidade, Moreti explicou que apesar desse público ser uma
202 minoria, não no sentido quantitativo, mas no sentido de poder político, e;
203 pensando em política pública, o Estado é mantido também pelas pessoas LGBT.
204 Moreti finalizou sua apresentação trazendo outros dados estatísticos, de um
205 estudo que será publicado na revista brasileira de medicina, onde foi feito um
206 levantamento de todas as turmas de medicina da Universidade Federal de Santa
207 Catarina (UFSC), de 2015 da 1ª a 12ª fase e, 78,5% do total dos alunos
208 declararam ter *nojo* de pessoas LGBT. Moreti destacou que se o Estado não criar
209 ambientes em que as pessoas possam estar tranquilas, estaremos permitindo e
210 assinando embaixo das violências cometidas pelos profissionais por falta de
211 preparo. Nesse momento, apresentou-se o palestrante Alexandre Bogas, da ONG
212 – Acontece Arte e Política LGBTI+, de Florianópolis. Alexandre comentou ter
213 formação na área administrativa e de finanças e seu trabalho do dia a dia é
214 monitorar o legislativo e executivo. Alexandre disse que, as partes mais
215 específicas das questões de gênero o Rodrigo conseguiu abordar um
216 entendimento geral, mas quando se fala em gênero, particularmente, esta se

217 tratando de questões homem e mulher. Alexandre comentou que o termo
218 ideologia de gênero surgiu em 96-97 na igreja católica, num grupo mais
219 conservador dentro desta, chamados Pró-Vida. O palestrante destacou que, sobre
220 as questões de gênero, são feitos estudos científicos e; essas questões estão
221 ligadas diretamente aos novos arranjos de famílias, as questões das mulheres, as
222 questões do aborto, direitos sexuais e reprodutivos, direitos LGBT e casamento
223 homoafetivos. Alexandre comentou que quando se fala em questões de gênero
224 está se atingindo um vasto campo da sociedade e por “eles” não concordarem
225 com essa situação começaram a alegar que a ONU e os governos de esquerda
226 estavam usando dessas questões para modificar a sociedade em torno deles.
227 Alexandre explicou que quando se fala em gênero, são 4 ou 5 questões diferentes
228 para defini-lo. E, continuou esclarecendo que gênero em se tratando de **sexo** tem:
229 o masculino, o feminino e o intersexo, antigamente denominado de hermafrodita,
230 em questão de **orientação sexual** tem: a bissexualidade, a homossexualidade e
231 heterossexualidade; **identidade de gênero** que é como a pessoa se identifica
232 com aquilo: homem, mulher, fluido e a **expressão de gênero** que é como a
233 pessoa se expressa, se ela é mais masculina, se mais feminina ou andrógena.
234 Alexandre concluiu que são um conjunto de fatores para se caracterizar as
235 questões de gênero como um todo. Alexandre colocou que em 2014 quando
236 começou a ser votado no governo federal o Plano Nacional de Educação, houve
237 uma ofensiva muito grande, e; destacou que mesmo sendo elaborado pela própria
238 população, com técnicos do Ministério, são os deputados que aprovam e,
239 Alexandre volta a afirmar que houve uma ofensiva muito grande retirando do
240 Plano Nacional qualquer palavra que fizesse referência a palavra *gênero*.
241 Alexandre comentou ainda que em 2015-2016, os estados e municípios também
242 tiveram um prazo para poder aprovar as questões estaduais e municipais, e
243 seguiram a mesma linha, com mais avanço, onde 3 municípios de Santa Catarina
244 além de retirarem a temática, criaram leis proibindo o debate. Alexandre
245 complementou informando que, como eram inconstitucionais foram derrubadas
246 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Alexandre finalizou sua apresentação
247 comentando sobre a retirada, no início deste ano, da grade curricular básica da
248 educação esse tema pelo governo do estado de Santa Catarina. Alexandre
249 comentou que a própria defesa utilizada pelos professores para se manter esse
250 debate, salientando que na Constituição do estado existe a questão da orientação
251 sexual, principalmente em relação a saúde, o deputado Jessé, segundo relatou
252 Alexandre, resolveu fazer uma PEC (projeto de emenda constitucional) para
253 retirar o termo da Constituição do Estado. Alexandre fez uma observação dizendo
254 que está sendo difícil debater e, agora a luta será manter o que se tem. Alexandre
255 informou que a demanda é de 40-50 reuniões dos movimentos sociais na
256 Assembleia Legislativa para conversar com cada deputado e cada comissão para
257 que não aceitem retirar essa questão. Alexandre comentou que o trabalho do
258 movimento social, em Florianópolis, conseguiu depois de 8 anos aprovar o plano
259 municipal de direitos LGBTI que possui 7 eixos, que trata da saúde, educação,
260 emprego e debate de questões de gênero nas escolas e saúde. Ludmila
261 introduziu sua fala apresentando o Núcleo, onde trabalha, Núcleo de Equidade
262 em Saúde que atende as populações vulneráveis. A palestrante complementou
263 que o dentro o público que o Núcleo atende não estão presentes a violência e a
264 saúde prisional. Ludmila trouxe vários dados estatísticos, como por exemplo: de
265 janeiro a maio deste ano foram 141 mortes no Brasil, sendo este o primeiro no
266 mundo em homicídios LGBT. Em 2018, foram 420 pessoas assassinadas,
267 vítimas entre 16 a 75 anos. Ocupando o estado de Santa Catarina o 17º lugar
268 neste ranking. Ludmila mencionou um programa da vigilância sanitária onde
269 mostra os óbitos, nº de óbitos por violência. No caso da violência sexual aparece
270 as categorias de identidade de gênero, porém no caso de óbito não aparece,
271 gerando desta forma subnotificações, não sendo possível computar devido a

272 ausência de um campo específico naquele registro (óbito). A palestrante em
273 sequencia entrou na questão da prostituição prática comum entre pessoas desse
274 público por falta de oportunidade oferecida pelo mercado de trabalho. E,
275 complementou sua fala ressaltando que como esta não é uma profissão
276 reconhecida no Brasil a sociedade a tem como prática criminosa. Ludmila
277 comentou que a Secretaria de Segurança Pública deve ser fundamental parceira,
278 mas destacou que até se conseguir uma articulação interssetorial... A palestrante
279 manifestou sua satisfação e alegria em estar presente nesta reunião e,
280 acrescentou que esperava que este conselho propagasse todas essas
281 informações. Ludmila fez uma breve apresentação da legislação, nos movimentos
282 sociais, a base da Política Nacional que tem origem nos Princípios de *Yogyakarta*
283 do qual o Brasil é signatário. Ludmila citou ser 29 itens que perpassam por todas
284 as dificuldades que *nós* - os profissionais do Núcleo - estamos tendo e refletem
285 nas políticas que foram construídas: práticas discriminatórias em serviços de
286 saúde, dificuldades dos profissionais em abordar questões de orientação sexual,
287 coleta citopatológica do colo de útero quando trans masculino, homens trans,
288 ausência desse público nos atendimentos individuais e coletivos – discussão
289 sobre preventivo, exame de próstata, e demais frentes do serviço de atenção
290 primária, preenchimento incorreto da ficha do SUS, onde o profissional fica
291 envergonhado de perguntar sobre o sexo da pessoa em atendimento, atenção
292 não qualificada, invisibilidade das questões relacionadas a LGBT nas ações pelas
293 UBS – unidades básicas de saúde, como por exemplo: Campanha do Outubro
294 Rosa, Campanha do Novembro Azul. A palestrante comentou que acesso ao
295 serviço de saúde dessa população teve como porta de entrada, na época: a AIDS
296 e as doenças venéreas. Porém ressaltou que esses tipos de doenças, atualmente,
297 o grupo de risco não é mais o público LGBT, e; complementou informando que,
298 especificamente a AIDS apresentou maior incidência no público de homens
299 idosos em razão do uso do Viagra. Em sequencia, Ludmila informou que em
300 Florianópolis já existe uma política aprovada. A palestrante colocou que mediante
301 toda essa situação de dificuldade encontrada, o Núcleo levantou a possibilidade
302 de fazer um trabalho de sensibilização – educação permanente. Foram
303 levantados os problemas dentro do cenário atual da instituição e algumas
304 alternativas para minimizar/eliminar aqueles. E, complementou a apresentação
305 dizendo que algumas ações aconteceram para melhoria do atendimento e da
306 importância da despatologizar a questão LGBT. Ludmila finalizou a sua
307 apresentação comentando a respeito da proposta de criação de um Comitê de
308 Saúde da população LGBT instituída por uma Portaria do Ministério da Saúde e
309 ressaltou a importância da participação de membros deste conselho, assim como
310 a Universidade Federal e os Movimentos Sociais para contribuição dentro
311 daqueles. Finalizadas as apresentações, Cynthia agradece a contribuição dos
312 palestrantes e colocou o Conselho à disposição para qualquer iniciativa. Cynthia
313 fez um resgate dizendo que foi trazido esse debate, pois cabe ao Conselho
314 apontar as diretrizes que construam uma política de estado adequada. E,
315 complementou sua fala mencionando ser necessário que não se deixe nenhuma
316 dúvida entre o preconceito e o *nojo* cultural acerca da população LGBT e a
317 naturalização da violência do Estado. Cynthia comentou ainda sobre a discussão
318 que o Conselho teve, na reunião anterior a esta, em virtude de que a Secretaria
319 de Educação estava sofrendo um procedimento para justificar ao governo do
320 estado de ter que tirar discussão de gênero nas escolas e o conselho se
321 posicionou por meio de uma Nota de Recomendação ao governo do estado para
322 que não retire das escolas o debate de gênero. Cynthia pediu para que a
323 Secretária Executiva entregasse cópia da nota para os palestrantes. Dando
324 continuidade, Cynthia sugeriu que fosse aberta uma rodada de discussão onde os
325 palestrantes anotassem as principais questões para que os mesmos façam uma
326 fala de fechamento. O palestrante Alexandre Bogas pediu o apoio deste Conselho

327 em relação a retirada da parte referente a orientação sexual da Constituição do
328 Estado. Alexandre comentou que o *Movimento* iria começar com uma ofensiva
329 maior na Assembleia Legislativa, por meio de reuniões periódicas e, levar o *nome*
330 da Defensoria Pública, do Conselho, e mencionou que a OAB já estava dando
331 apoio, teria certo peso. Após finalizada a rodada de discussões, Cynthia
332 mencionou a ausência da Rose e se algum membro considerasse ser relevante
333 uma complementação ou um aprofundamento maior, da ótica da educação,
334 poderia ser pautada novamente essa temática. Cynthia finaliza a reunião
335 agradecendo a todos(as) e informando que os 4 (quatro) itens dos **informes**,
336 **Ponto 7 da pauta**, ficariam pendentes para discussão na próxima plenária. Eu,
337 Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual, após lida e
338 aprovada, será devidamente publicada no portal da SDS-SC.

339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358